



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONVITE N.º 016/2013

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO**, através do **Prefeito Municipal**, mediante a **Comissão Permanente de Licitação**, designada pela Portaria nº 051/2013 de 09 de janeiro de 2013, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO POT LOTE**, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Secretaria Interessada: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

A seção de abertura e julgamento da documentação dos participantes será realizado **as 10:00 horas do dia 21 de novembro de 2013**, e os envelopes contendo a Proposta de preços e os documentos de habilitação definidos neste edital e seus anexos, deverão ser entregues a Comissão Permanente de Licitação até **as 10:00h do dia 21 de novembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Sorriso**, localizada na Avenida Porto Alegre, nº 2525, Centro – Tel. (66) 3545-4700 – CEP 78890-000, em Sorriso - Mato Grosso.

01 – OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA EVENTO NATALINO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER BANDA MUSICAL COM DJ PARA A EXECUÇÃO DO REVEILLON DE SORRISO, COMPREENDENDO OS SEGUINTE SERVIÇOS:

- a) Prestação dos serviços de decoração, instalação, desinstalação, operação e manutenção da decoração natalina do município de Sorriso.
- b) A instalação, desinstalação, operação e manutenção da decoração de Sorriso, na forma detalhada neste Termo de Referência serão executadas nas dependências da Praça da Juventude e Praça das Fontes.
- c) Banda musical com DJ para execução do baile da noite de Réveillon de Sorriso, no dia 31 de Dezembro de 2013 com duração de 05 horas com circuito musical de todos os ritmos atuais e acompanhamento do DJ nas apresentações culturais nos dias 02 e 24 de dezembro.



ITEM 1 - PRODUTO E/OU SERVIÇOS: Contratação de empresa especializada em prestação dos serviços de instalação, desinstalação, operação e manutenção da decoração natalina.

ESTRUTURA

- Confecção da casa do Papai e Mamãe Noel com material proveniente da natureza, confeccionando assim uma casa ecológica;
- Detalhes internos da casa do Noel;
- Confecção do Portal de Boas Festas na entrada da cidade;
- Decoração parte interna da casa do papai Noel;
- Confecção Gazebo decorado com no tema Natalino na entrada da praça da juventude;
- Modelo de teto tenda para o centro da praça da juventude na cor vermelha;
- Iluminação das árvores na praça com luzes natalinas pisca-pisca led nas cores vermelho, dourado e branco;
- Confecção de Arvore para manjedoura, aberta com personagens cristãos;
- Confecção de duas (02) Árvores Natalinas artísticas com 4 metros de altura, que serão confeccionadas com material;
- Confecção de duas (02) - Decorações de palco temáticas, uma para o Natal e a outra para o ano novo. Deixando a empresa livre para escolha das cores.
- Mão de obra da equipe para execução da decoração.

ITEM 2 - PRODUTO E/OU SERVIÇOS: Contratação de empresa especializada em fornecimento de banda musical com DJ para baile de Réveillon com repertório variado e atual.

Quantidade: 001

Especificação técnica: Banda musical composta por 09 integrantes sendo;

- 04 Músicos;
- 01 Cantor;
- 01 Cantora;
- 02 Bailarinas;
- 01 DJ para abertura do show principal e apresentações culturais no dia 02 e 24 de dezembro de 2013.

02 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar da Licitação as empresas convidadas ou cadastradas na Prefeitura Municipal de Sorriso - MT, bem como as demais que manifestarem interesse em participarem do certame Licitação com antecedência de, no mínimo 24h (vinte e quatro horas) da data marcada para a entrega dos envelopes, conforme art. 22, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

2.2 – Só poderão participar deste Convite as empresas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos e que tenham



ramo de atividade pertinente ou compatível ao objeto licitado e que atendam as exigências dos itens constantes no Termo de Referência.

2.3 – Sob pena de desclassificação, os interessados a participar do Convite deverão trazer cópia da documentação autenticada em cartório ou autenticação por servidor com poderes para tal.

2.3.1 – Só serão aceitas cópias legíveis.

2.4 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

I - que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

II - reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

III - estrangeiras que não funcionem no País;

IV - Sociedades Cooperativas.

V - Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com este Município, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União; do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

VI – Empresa que possua em seu quadro de empregados, Agentes Políticos ou Servidores Públicos, exercendo função de gerência, administração, tomada de decisões ou seja sócio.

VII – Empresas que tenham sócios em comum no seu contrato Social;

03 – DO CREDENCIAMENTO, RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1 - Antes do início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto a Comissão Permanente de Licitação, quando solicitado, exibindo a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.

3.2 - Se a empresa se fizer representar por procurador, é necessário o seu credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida em cartório, com menção expressa de amplos poderes, inclusive para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.

3.2.1 -A procuração somente será aceita se acompanhada de fotocópia do Ato Constitutivo da licitante, para comprovação da legitimidade do outorgante;



3.3 -Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente constituído, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.4 - O recebimento dos envelopes lacrados contendo documentos de habilitação (n.º 01) e proposta de preço (n.º 02) ocorrerá às 10:00 h 00 m do dia 21/06/2013, no endereço acima indicado. Na mesma data e hora, em Ato Público, serão abertos os envelopes dos documentos de habilitação das empresas licitantes e em seguida os envelopes de propostas de preço das empresas habilitadas.

3.5 – O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONVITE N° 016/2013.
RAZÃO SOCIAL:
N° DO C.N.P.J. DO LICANTE:

3.6 - O envelope da Proposta de Preços deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 2 - PROPOSTA DE PREÇOS
CONVITE N° 016/2013.
RAZÃO SOCIAL:
N° DO C.N.P.J. DO LICANTE:

04 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 – Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados na sessão pública inseridos **dentro do envelope nº 01**, são os seguintes:

- a) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, inciso V, artigo 27 da Lei 8666/93 (conforme modelo anexo V);
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (conforme modelo anexo III);
- c) Declaração da Própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo função de gerencia, administração ou tomada de decisão (conforme modelo anexo VII).
- d) Declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, realizará a entrega dos itens/serviços nos prazos e/ou condições previstas em edital e termo de referência (conforme modelo anexo IV);



4.1.1 – Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Documento oficial com foto dos sócios/proprietário da empresa.

4.1.2 – Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de cadastro de contribuinte estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio sede do licitante.
- c) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm
- d) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário;
- e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;
- f) Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a mesma pode ser retirada no site: www.inss.gov.br;
- g) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela lei nº 12.440/2011.

4.2 – Após a análise de todos os documentos de habilitação fica aberto prazo de para interposição de recurso de dois dias úteis.

4.2.1 – Havendo a desistência formal de apresentação de recurso de todas as empresas participantes, a Comissão Permanente de Licitação não precisará aguardar o prazo de dois dias úteis para abertura do envelope de Proposta de Preços.

4.3 – Os Prazos de validade dos documentos apresentados serão aqueles constantes de cada documento ou os estabelecidos em lei, exceto aqueles que por sua própria.



05 - PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada datilografada ou impressa inserida **dentro do envelope 02**, redigida com clareza em língua portuguesa, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada, com identificação do representante legal da licitante.

5.2 – Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail).

5.3 – O prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

5.4 – Na Proposta de Preços deverão constar uma única cotação, preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e/ou por extenso, fracionados até o limite dos centavos (duas casas decimais após a vírgula) tanto para preços unitários quanto para os totais sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último, desde que não prejudique a administração.

5.5 – A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação deverão fornecer os serviços dentro das especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO**.

5.6 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.7 – Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

5.8 – Nos casos em que as empresas se negarem a fornecer os serviços estas estarão sujeitas às sanções administrativas previstas neste edital.

5.9 – A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.10 – A Comissão Permanente de Licitação poderá considerar erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e consequentemente classificará a empresa.



5.11 – A sessão pública poderá ser suspensa, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.

5.12 – Após a análise de todos os documentos de Proposta de Preços fica aberto prazo para interposição de recurso de dois dias úteis para interposição de recurso.

06 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1 – No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observado os prazos máximos para fornecimento e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.

6.1.1 – O Valor do Lote será a somatória do Valor Unitário de Cada Item que Compõe o Lote.

6.2 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito Comissão Permanente de Licitação.

07 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 - Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

7.2 - Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Contratante poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

7.3 - Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

7.4 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.5 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação;

7.6 - Planejar a execução dos serviços de acordo a exigências da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo e de acordo com o Termo de Referência em Anexo;

7.7 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;



7.8 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

7.9 – A falta/interrupção/bloqueio da prestação dos serviços por parte do contratado só poderá ocorrer pela ausência injustificada de pagamento pela contratante ao contratado por prazo superior a noventa dias do vencimento.

7.10 – Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

7.11 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

7.12 – Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**.

7.13 – Indenizar terceiros e/ou ao Secretaria/Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

7.14 – Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a Secretaria/Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

7.15 – Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correram por conta exclusiva da contratada.

7.16 - Elaboração do projeto da cena natalina em conjunto com a Secretária de Indústria, Comércio e Turismo;

7.17 - Elaboração do projeto musical das apresentações culturais e grande show do dia 31 de dezembro;

7.18 - Executar os serviços objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Contratante e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais vigentes;



7.19 - Executar os serviços de montagem, e desmontagem da decoração natalina e a decoração do palco para as apresentações;

7.20 - Planejar a execução dos serviços para montagem da decoração e entrega total no dia 26 de novembro de 2013;

7.21 - Terceirizar os serviços somente com autorização e interesse da Secretaria de Indústria e Comércio do Município

08 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1- Interromper os serviços que apresentarem irregularidades em sua prestação, comunicando o fato imediatamente à Contratada, bem como qualquer eventual ocorrência de relevo relacionado com o mesmo.

8.2 - Velar pelo bom andamento do presente contrato, dirimindo dúvidas porventura existentes, através da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

8.3 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste termo;

8.4 - Aplicar a empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

8.5 - Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

8.6 - Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

8.7 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

8.8 - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências.

8.9 - Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.10 - Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/serviços.

8.11 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

09 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



9.1 – Os recursos necessários para cobrirem as despesas decorrentes da presente Licitação são oriundos do Orçamento Município na seguinte dotação:

09.01.23.695.2094 – 33.90.39.00.00.00 (292) Manut. Eventos Carnaval Ecofeira Fest. Pesca e Outros

10 – DO PAGAMENTO

10.1 – O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente ou através de cheque nominal, no valor correspondente, de acordo com o Decreto 010/2013.

10.2 – O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do serviço prestado.

10.3 – Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.4 – Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.5 – As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

11 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor total adjudicado a licitante, na forma seguinte.

11.2 - Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o SECRETARIO poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

11.3 - Se a adjudicatária recusar-se a receber ou retirar a requisição/notificação injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

11.3.1 - Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;



11.3.2 - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

11.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.4 - A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.5 - A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato (se existir).

11.6 - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura ou a Terceiros.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação e homologação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Prefeito Municipal.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - É facultado ao licitante, nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93, a interposição de:

13.1.1 -RECURSO, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

13.1.2 -REPRESENTAÇÃO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico dirigido a autoridade superior;

13.2. Terão efeito suspensivo obrigatório apenas os recursos contra a habilitação ou inabilitação e contra o julgamento das propostas. Os demais não terão efeito



suspensivo, salvo se a autoridade competente, por razão de interesse público, motivadamente assim o determinar.

13.3. Não serão conhecidos os recursos protocolizados fora do prazo legal.

14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - É facultada a Comissão Permanente de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

14.2 - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do Artigo 49 “*caput*” da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.2.2 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

14.3 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a SECRETARIA/ÓRGÃO/ENTIDADE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.4 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.5 - **Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também à minuta do contrato.**

14.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

14.9 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser protocolizado, com a Comissão de Licitação na Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, no endereço à Avenida Porto Alegre, nº 2525, Centro - em Sorriso - MT, até 24 horas antes da abertura da licitação. **Não serão aceitas petições (pedido de impugnação e recurso) encaminhadas por e-mail ou fax.**



14.2 - O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela PREFEITURA ou bilateralmente, de forma amigável, atendida sempre a Conveniência Administrativa.

14.3 - A critério da PREFEITURA, caberá rescisão contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas hipóteses previstas no art. 78, da Lei 8.666/93.

14.4 - No caso de rescisão unilateral, por inadimplemento do contratado, ao mesmo caberá receber o valor dos serviços executados, porém ficará sujeita à eventual imposição de indenização por perdas e danos causados à PREFEITURA.

14.5 - No caso de rescisão bilateral à (o) contratada (o) caberá o valor dos serviços executados.

14.6 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a (o) contratada (o) ficará sujeita as sanções previstas nos Artigos 87, 88 seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

14.7 – Fazem parte deste edital:

- a) **ANEXO I – Termo de Referência;**
- b) **ANEXO II – Formulário Padrão de Proposta de Preços;**
- c) **ANEXO III – Modelo de Declaração;**
- d) **ANEXO IV – Modelo de Declaração;**
- e) **ANEXO V – Modelo de Declaração;**
- f) **ANEXO VI – Minuta do Contrato;**
- g) **ANEXO VII – Modelo de Declaração.**

SORRISO – MT, 11 DE NOVEMBRO de 2013.

Daniela MosconZamignanPelizon
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo o levantamento e caracterização das especificações técnicas dos serviços a ser contratado, buscar no mercado o orçamento dos custos e indicação da disponibilidade dos recursos orçamentários para fim de balizar a contratação, assim como estabelecer prazo, local de entrega, forma de fornecimento, pagamento e condições de execução contratual do objeto. A contratação deverá ser realizada em conformidade com o item III do artigo 22, da Lei 8.666/93.

2. OBJETIVO

2.1 Contratação de empresa especializada em Prestação dos serviços de decoração, instalação, desinstalação, operação e manutenção da decoração natalina do município de Sorriso.

2.2 A instalação, desinstalação, operação e manutenção da decoração de Sorriso, na forma detalhada neste Termo de Referência serão executadas nas dependências da Praça da Juventude e Praça das Fontes.

2.3 Contratação de banda musical com DJ para execução do baile da noite de Réveillon de Sorriso, no dia 31 de Dezembro de 2013 com duração de 05 horas com circuito musical de todos os ritmos atuais e acompanhamento do DJ nas apresentações culturais nos dias 02 e 24 de dezembro.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Natal quer dizer um espírito de amor, um tempo quando o amor de Deus e o amor dos seres humanos devem prevalecer acima de todo o ódio e amargura, um tempo em que nossos pensamentos, ações, e o espírito de nossas vidas manifestam a presença de Deus. Em quase todos os países do mundo, as pessoas montam árvores de Natal para decorar casas e outros ambientes. Em conjunto com as decorações natalinas das casas e comercios sorrisense, a Prefeitura Municipal de Sorriso iluminara a cidade e o corações da nossa população com a linda decoração. Proporcionando um local para tirar fotos, passear com a família, assistir á apresentações natalinas e encantando quem vem de fora.

3.2 Fazendo-se assim necessário a contratação de empresa especializada no ramo de decorações para a montagem e desmontagem da estrutura.

3.3 Réveillon é tempo de festa em qualquer lugar do Mundo, todos os povos festejam a passagem do ano velho e a entrada do que está por vir. Fogos, músicas ou banhos de mar, cada um comemora de um jeito diferente, e quando soa a meia noite, os pedidos são os mesmos: um ano melhor do que o passado, muito amor, boas notícias, paz e alegria. Em nossa comunidade queremos saudar o novo ano com muita alegria através da programação elaborada por esta secretária, proporcionando a comunidade sorricense um evento para a família com segurança e qualidade.

3.4 Sendo necessária a contratação de banda com DJ para animar a festividade da passagem do ano.

3. PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

3.1 PRODUTO E/OU SERVIÇOS (LOTE 01): Contratação de empresa especializada em prestação dos serviços de instalação, desinstalação, operação e manutenção da decoração natalina.

ESTRUTURA

- Confecção da casa do Papai e Mamãe Noel com material proveniente da natureza, confeccionando assim uma casa ecológica;
- Detalhes internos da casa do Noel;
- Confecção do Portal de Boas Festas na entrada da cidade;
- Decoração parte interna da casa do papai Noel;
- Confecção Gazebo decorado com no tema Natalino na entrada da praça da juventude;
- Modelo de teto tenda para o centro da praça da juventude na cor vermelha;
- Iluminação das árvores na praça com luzes natalinas pisca-pisca led nas cores vermelho, dourado e branco;



- Confeção de Arvore para manjedoura, aberta com personagens cristãos;
- Confeção de duas (02) Árvores Natalinas artísticas com 4 metros de altura, que serão confeccionadas com material;
- Confeção de duas (02) - Decorações de palco temáticas, uma para o Natal e a outra para o ano novo. Deixando a empresa livre para escolha das cores.
- Mão de obra da equipe para execução da decoração.

3.2 PRODUTO E/OU SERVIÇOS (LOTE 02): Contratação de empresa especializada em fornecimento de banda musical com DJ para baile de Réveillon com repertorio variado e atual.

Quantidade: 001

Especificação técnica: Banda musical composta por 09 integrantes sendo;

- 04 Músicos;
- 01 Cantor;
- 01 Cantora;
- 02 Bailarinas;
- 01 DJ para abertura do show principal e apresentações culturais no dia 02 e 24 de dezembro de 2013.

4. VALOR DE REFERÊNCIA

4.1. Valor de Referência Global: R\$ 78.666,66

4.2. Preço por Lote

4.2.1 Contratação de decoração e serviços de montagem e desmontagem de decoração temática para o mês do Natal e festa de Réveillon R\$ 69.000,00

4.3. Preço por Lote

4.3.1 Contratação de banda musical com DJ para show de Réveillon e apresentações natalinas com acompanhamento de DJ. R\$ 9.666,66

4.4. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.4.1.- a DOTAÇÃO Orçamentária que correrá a referida despesa será:

09.01.23.695.2094 – 33.90.39.00.00.00 (292) Manut. Eventos Carnaval EcoFesta Fest. Pesca e Outros

4. PRAZO

4.1 O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua assinatura, a decoração natalina deverá ser entregue até o dia 26 de novembro de 2013 para o inicio das atividades culturais programadas para a comemoração do período natalino;

4.2 Poderão, todavia, por acordo das partes, serem prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o Lei 8.666/93, Artigo 57 inciso II, Artigo 58, § 1º e §2, bem como Artigo 65, inciso I e II, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

II. Interrupção da execução do contrato por ordem e no interesse da administração;

IV. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93;

V. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI. Omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

4.3 Desde que atendidas às disposições estabelecidas neste termo, o pedido de prorrogação de prazo, que por ventura vier a ser feito pela Contratada, deverá ser protocolado na Prefeitura de Sorriso, com antecedência de 10 (dez) dias do vencimento do prazo contratual;

4.4 Pelo atraso injustificado ou desistência na execução dos serviços, a contratante poderá, garantida a



prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas neste contrato.

4.5 Deverão ser executados conforme requisição fornecida pela secretaria solicitante dentro do prazo de 05 (cinco) dias no local nela indicado e dentro das normas ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez que serão executados em áreas de grande presença de pessoas.

4.6 Os serviços poderão ser terceirizados conforme interesse e autorização do contratante.

5. METODOLOGIA

A ECONOMICIDADE A SER OBTIDA PELA ADMINISTRAÇÃO, EM RELAÇÃO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM QUESTÃO PODERÃO SER CONSEGUIDOS PELO RECURSO DA COMPETITIVIDADE ENTRE EMPRESAS DO RAMO, MEDIANTE REGULAR E ADEQUADO PROCESSO E PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CUJO FATOR PREPONDERANTE CERTAMENTE SERÁ O “MENOR PREÇO GLOBAL”. ASSIM, MEDIANTE TAL CRITÉRIO E/OU PARÂMETRO, NECESSARIAMENTE A ADMINISTRAÇÃO OBTERÁ A ECONOMIA, NÃO OBSTANTE SEJA ELA UMA EXPECTATIVA QUE DEPENDERÁ DIRETAMENTE DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO EM RELAÇÃO AO OBJETO OFERTADO PELA(S) EMPRESA(S), CUJA ESCOLHA SERÁ POR ITEM.

6. QUALIFICAÇÕES DOS PROPONENTES

- REGISTRO NO CRC DA PREFEITURA DE SORRISO, HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

7 PAGAMENTO

- O PAGAMENTO DO ITEM 01 SERÁ CONFORME CRONOGRAMA DO DECRETO N° 10/2013;
- TODOS OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS MEDIANTE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PELO FISCAL DE CONTRATOS.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Elaboração do projeto da cena natalina em conjunto com a Secretária de Indústria, Comércio e Turismo;
- 8.2 Elaboração do projeto musical das apresentações culturais e grande show do dia 31 de dezembro;
- 8.3 Executar os serviços objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Contratante e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais vigentes;
- 8.4 Executar os serviços de montagem, e desmontagem da decoração natalina e a decoração do palco para as apresentações;
- 8.5 Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.
- 8.6 Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- 8.7 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 8.8 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação;
- 8.9 Planejar a execução dos serviços para montagem da decoração e entrega total no dia 29 de novembro de 2013;
- 8.10 Executar os serviços objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- 8.11 Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



- 9.1 Cumprir fielmente as Cláusulas Contratuais;
- 9.2 Permitir o livre acesso do empregado da empresa Contratada a fim de que possam executar suas tarefas;
- 9.3 Interromper, incontinenti, os serviços que apresentarem irregularidades em sua prestação, comunicando o fato imediatamente à Contratada, bem como qualquer eventual ocorrência de relevo relacionado com o mesmo.
- 9.4 Velar pelo bom andamento do presente contrato, dirimindo dúvidas porventura existentes, através da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.
- 9.6 Aplicar a empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- 9.7 Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
- 9.8 Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 9.9 Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

10 FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

- Este contrato será fiscalizado pelo servidor da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Sr. JORGE DE OLIVEIRA CAMPOS, que terá a responsabilidade a emissão dos relatórios dos serviços efetuados.

Sorriso/MT, 04 de Novembro de 2013.

CLAUDIA RAFAELE LOCH
Chefe de Departamento

RAFAELE SILVA REIS
Secretario de Ind., Com., e Turismo



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SORRISO

ANEXO II

FORMULARIO PADRÃO PROPOSTA DE PREÇOS

Licitação: nº 016/2013

Modalidade: CONVITE

Licitante: _____ C.N.P.J.: _____

Tel Fax: (____) _____ E-mail: _____ Tel Celular: (____) _____

Endereço: _____

Passamos as mãos de Vossa Senhoria, nossa proposta de preço referente aos itens do objeto do Convite 016/2013 para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA EVENTO NATALINO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER BANDA MUSICAL COM DJ PARA A EXECUÇÃO DO REVEILLON DE SORRISO, COMPREENDENDO OS SEGUINTE SERVIÇOS**

Para realizar os trabalhos como:

LOTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR REF. UNITARIO	VALOR REF. DO LOTE	VALOR UNITARIO	VALOR LOTE
LOTE 1	107253	1	CONFEÇÃO DA CASA DO PAPA E MAMÃE NOEL COM MATERIAL PROVENIENTE DA NATUREZA, CONFECCIONANDO ASSIM UMA CASA ECOLÓGICA;	UND	1	R\$ 9.233,34	R\$ 69.000,00		
	107254	2	DETALHES INTERNOS DA CASA DO NOEL	UND	1	R\$ 4.066,66			
	107255	3	CONFEÇÃO DO PORTAL DE BOAS FESTAS NA ENTRADA DA CIDADE;	UND	1	R\$ 5.966,66			
	107256	4	DECORAÇÃO PARTE INTERNA DA CASA DO PAPA NOEL	UND	1	R\$ 4.766,67			

SORRISO: A CAPITAL NACIONAL DO AGRONEGOCIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SORRISO

	107257	5	CONFECÇÃO GAZEBO DECORADO COM NO TEMA NATALINO NA ENTRADA DA PRAÇA DA JUVENTUDE;	UND	1	R\$ 8.000,00		
	107258	6	MODELO DE TETO TENDA PARA O CENTRO DA PRAÇA DA JUVENTUDE NA COR VERMELHA;	UND	1	R\$ 6.666,67		
	107259	7	ILUMINAÇÃO DAS ÁRVORES NA PRAÇA COM LUZES NATALINAS PISCA-PISCA LED NAS CORES VERMELHO, DOURADO E BRANCO;	UND	1	R\$ 2.500,00		
	107260	8	CONFECÇÃO DE ARVORE PARA MANJEDOURA, ABERTA COM PERSONAGENS CRISTÃOS;	UND	1	R\$ 6.900,00		
	107261	9	CONFECÇÃO DE DUAS (02) ÁRVORES NATALINAS ARTÍSTICAS COM 4 METROS DE ALTURA, COM MATERIAL	UND	1	R\$ 8.833,34		
	107262	10	CONFECÇÃO DE DUAS (02) - DECORAÇÕES DE PALCO TEMÁTICAS, UMA PARA O NATAL E A OUTRA PARA O ANO NOVO. DEIXANDO A EMPRESA LIVRE PARA ESCOLHA DAS CORES.	UND	1	R\$ 8.666,66		
	107264	11	MÃO DE OBRA DA EQUIPE PARA EXECUÇÃO DA DECORAÇÃO	UND	1	R\$ 3.400,00		
LOTE 2	107263	12	BANDA MUSICAL COMPOSTA POR 09 INTEGRANTES SENDO; - 04 MÚSICOS;- 01 CANTOR;- 01 CANTORA;- 02 BAILARINAS;- 01 DJ PARA ABERTURA DO SHOW PRINCIPAL E APRESENTAÇÕES CULTURAIS NO DIA 02 E 24 DE DEZEMBRO DE 2013	UND	1	R\$ 9.666,66	R\$ 9.666,66	
TOTAL						R\$	78.666,66	

Valor Total: R\$ _____ (valor por extenso).

SORRISO: A CAPITAL NACIONAL DO AGRONEGOCIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SORRISO

Estamos de acordo com todos os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima, sendo: o prazo de eficácia da proposta, 60 (sessenta) dias corridos.

Local, __ de _____ de 2013.

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

SORRISO: A CAPITAL NACIONAL DO AGRONEGOCIO



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A.....(razão social da empresa), CNPJ n.º....., localizada à, declara, em conformidade com o art. 32, parágrafo 2º da Lei n.º 8.666/93, que não existem fatos supervenientes a esta licitação que sejam impeditivos de sua habilitação para este certame licitatório no Município de Sorriso – Estado de Mato Grosso – Convite N.º 016/2013.

Local, ___ de _____ de 2013.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ/MF da empresa

Papel timbrado



ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE TERÁ CONDIÇÕES DE FORNECER OS SERVIÇOS

A.....(razão social da empresa),
CNPJ Nº....., localizada à,
DECLARA sob as penas do Art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade,
caso venha a vencer a licitação na modalidade Convite sobre o nº 016/2013, do
fornecimento dos produtos licitados no prazo previsto.

Por expressar a verdade, firmo o presente.

Local, ___ de _____ de 2013.

Assinatura do Representante Legal
Carimbo CNPJ

(Papel Timbrado da Empresa)



ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CF**

Declaramos em atendimento ao previsto no Convite N.º 016/2013, que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como de 14 (catorze) anos em qualquer trabalho.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal
Carimbo CNPJ

(Papel Timbrado da Empresa)

Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 anos na condição de aprendizes deverá declarar expressamente.



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO Nº /2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SORRISO E _____ PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA EVENTO NATALINO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER BANDA MUSICAL COM DJ PARA A EXECUÇÃO DO REVEILLON DE SORRISO.

Por este Instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Avenida Porto Alegre, nº 2525, Centro– Tel. (66) 3545-4700 – CEP 78890-000, em Sorriso - MT, CNPJ/MF Nº 03.239.076/0001-62 representada neste ato por seu Prefeito Municipal em Exercício Sr. Ederson Dal Molin, brasileiro, solteiro, agente político, portador da cédula de identidade RG sob o n.º 08.68.256 - 9 – SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 778.438.271-53, no pleno exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e por outro lado, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa, inscrita no CNPJ nº, Inscrição Estadual n.º, estabelecida à, neste ato representada pelo sócio proprietário o Sr., portador do CPF n.º, Cédula de Identidade n.º, com endereço à Rua(Avenida) Município de-..... doravante denominado “CONTRATADO(A)”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado da **CARTA CONVITE Nº 016/2013**, firmam o presente Contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – SUPORTE LEGAL



1.1 – Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e alterações posteriores; e pelas convenções estabelecidas no edital do Convite n.º 016/2013 neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA EVENTO NATALINO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER BANDA MUSICAL COM DJ PARA A EXECUÇÃO DO REVEILLON DE SORRISO.**

Para realizar os trabalhos como:

LOTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR LOTE
TOTAL							

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATO GERADOR CONTRATUAL

3.1 – O Presente Instrumento contratual foi firmado em decorrência do deferimento efetuado, consubstanciado nos argumentos da Secretária Municipal de Indústria Comércio e Turismo.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1 – O regime de execução dos serviços, na forma da Lei é o de execução indireta na modalidade de prestação de serviços por preço Global, nos termos estatuídos pelo Art. 6º, Inciso VIII, alínea “a”, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

5.01 – O valor da execução dos serviços, objeto do presente Contrato, importa em R\$ _____(_____), conforme especificados na tabela a seguir:

LOTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR LOTE
TOTAL							



CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.01 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

09.01.23.695.2094 – Manut. Eventos Carnaval Ecofeira Fest. Pesca e Outros
33.90.39.00.00.00 (292)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

7.1 – O prazo de Vigência do presente instrumento contratual é de 90 (sessenta) dias, iniciando a vigência na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei, desde que haja manifestação das partes com antecedência mínima de 03 (três) dias do término do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS FORMAS DE PAGAMENTOS

8.1 - O valor será pago ao CONTRATADA após a execução dos serviços, ou seja, até o décimo dia do mês subsequente ao da prestação de serviços, diretamente na tesouraria da Prefeitura ou através de crédito em conta corrente do Contratado.

8.2 - O valor constante da cláusula quinta será pago de acordo com o Decreto 010/2013 e realização dos serviços no valor de R\$ _____(_____).

8.3 - Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratadas, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, totais ou parcialmente.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1 - Caso deixe de cumprir as obrigações assumidas neste contrato, o contratado ficará sujeito à aplicação pela Prefeitura, da multa correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato.

a) - A multa a que se refere esta cláusula será descontada da primeira mensalidade que se seguir à sua aplicação.

b) - Não serão aplicadas multas contra o contratado somente por motivo de força maior, se forem aceitos pela Prefeitura.

9.2 – O Contratado terá o limite de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da penalidade e por ele dado ciente, para recolher a multa aos cofres do Município.

9.3 – Os recursos contra a multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do art. 109, Inciso I, alínea “f”, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



10.1 – O contratado deverá prestar os serviços que lhe compete com presteza absoluta, dedicação e eficiência ao Município de Sorriso.

10.2 - A execução dos serviços especializados contratados serão efetuados em caráter autônomo, “in loco”.

10.3 - O Município contratante fornecerá todos subsídios julgados necessários ao desempenho dos serviços contratados, não se responsabilizando, pelo pagamento de despesas de transporte, hospedagem e alimentação do contratado.

10.4 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.

10.5 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e encargos sociais incidentes sobre seus serviços e outros resultantes da execução do contrato.

10.6 - A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transferirá à **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem onerará o objeto deste contrato.

10.7 - Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

10.8 - Fornecer a **CONTRATANTE** os dados técnicos que esta achar de seu interesse e todos os elementos e informações necessárias, quando solicitados.

10.9 - Solicitar a **CONTRATANTE** os documentos imprescindíveis para execução do objeto do presente instrumento.

10.10 - Indicar formalmente, no ato da assinatura deste Contrato, representante legal devidamente credenciado, para desempenhar, junto à **CONTRATANTE**, a gestão contratual, cabendo ao mesmo gerir todas as obrigações inerentes ao contrato e ainda, servir de elo constante de ligação entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**. Eventual substituição do gestor contratual deverá ser comunicada, por escrito, à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos;

10.11 - A manter sigilo sobre tudo que for pertinente aos trabalhos desenvolvidos, salvo se expressamente autorizado pelo **CONTRATANTE** a agir de modo diferente.

10.12 - Manter a segurança física dos dados da **CONTRATANTE**, quando estes forem executados no seu ambiente operacional.

10.13 - Responder pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato.



10.14 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em partes, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 - Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da Contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

11.2 - Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Contratante poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

11.3 - Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

11.4 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

11.5 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação;

11.6 - Planejar a execução dos serviços de acordo a exigências da Secretaria Municipal de Indústria , Comércio e Turismo e de acordo com o Termo de Referência em Anexo;

11.7 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

11.8 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

11.9 – A falta/interrupção/bloqueio da prestação dos serviços por parte do contratado só poderá ocorrer pela ausência injustificada de pagamento pela contratante ao contratado por prazo superior a noventa dias do vencimento.

11.10 – Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

11.11 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.



11.12 – Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**.

11.13 – Indenizar terceiros e/ou ao Secretaria/Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

11.14 – Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a Secretaria/Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

11.15 – Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correram por conta exclusiva da contratada.

11.16 - Elaboração do projeto da cena natalina em conjunto com a Secretária de Indústria, Comércio e Turismo;

11.17 - Elaboração do projeto musical das apresentações culturais e grande show do dia 31 de dezembro;

11.18 - Executar os serviços objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Contratante e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais vigentes;

11.19 - Executar os serviços de montagem, e desmontagem da decoração natalina e a decoração do palco para as apresentações;

11.20 - **Planejar a execução dos serviços para montagem da decoração e entrega total no dia 26 de novembro de 2013;**

11.21 – Terceirizar os serviços somente com autorização e interesse da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA;

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a forma de execução dos serviços por intermédio do servidor responsável;



- f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato;
- g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato;
- h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato;
- i) efetuar a retenção do ISSQN sobre as notas fiscais ou recibos de prestação de cada parcela no ato dos pagamentos;
- j) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;
- l) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.
- m) permitir o livre acesso do empregado da empresa Contratada a fim de que possam executar suas tarefas;
- n) interromper, os serviços que apresentarem irregularidades em sua prestação, comunicando o fato imediatamente à Contratada, bem como qualquer eventual ocorrência de relevo relacionado com o mesmo.
- o) velar pelo bom andamento do presente contrato, dirimindo dúvidas porventura existentes, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - Sendo o presente contrato administrativo regido pela Lei 8666 de 08.06.93, fica assegurada à Prefeitura a prerrogativa de:

- I) modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;
- II) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79, com referência que faz aos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da mesma Lei;
- III) fiscalizar-lhe a execução dos serviços;
- IV) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

13.2 – Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.3 – Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do Contratado, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo parágrafo 6º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 – A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) amigável – por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Prefeitura.
- b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- c) Judicial – nos termos da legislação processual.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 – A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pelo (a) gestor de contrato, **Sr. JORGE DE OLIVEIRA CAMPOS**, designado pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, o qual efetuará a conferência dos valores designados nas Notas Fiscais e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Contabilidade para Liquidação para que se proceda ao pagamento.

15.2 – Caberá ao gestor de contrato o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do **CONTRATADO**.

15.3 - No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

15.4 - A fiscalização por parte do **MUNICÍPIO** não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do **CONTRATADO** sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

15.5 – Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

15.6 – Todas as ocorrências que vierem a prejudicar a regular execução do objeto do presente contrato deverão ser comunicadas, imediatamente, através de ofício, a Secretaria de Administração, que tomará as providências cabíveis.

15.7 – Antes de comunicar as ocorrências ao Secretário de Administração, o Gestor de Contratos a ser designado, poderá comunicar oficialmente o **CONTRATADO** sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta. Findo esse prazo, apresentada ou não a resposta, enviará comunicação ao Secretário de Administração.

15.8 – Caberá ao Gestor de contratos o acompanhamento da execução do contrato, *in loco*, e o apontamento das irregularidades verificadas, comunicando as mesmas ao Secretário de Administração. O gestor do contrato considerará como execução de forma regular e satisfatória se não houver nenhuma manifestação contrária feita pela mesma.

15.9 – Constatando-se que os serviços não atendem as finalidades ou caso haja necessidade de readequação, cuja responsabilidade seja do **CONTRATADO**, o gestor de contrato, expedirá ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correções no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DOMICÍLIO E FÔRO

16.1 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de Sorriso, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.



16.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, do Edital da Carta Convite nº 016/2013, sujeitando-se as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

Sorriso – MT, ____ de _____ de 2013.

EDERSON DAL MOLIN
Município de Sorriso

Contratada

TESTEMUNHAS:

RG
CPF

RG
CPF

ANEXO VII

MODELO DA DECLARAÇÃO (EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA) (Papel timbrado da empresa)

A Sra. Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Sorriso - MT

Ref. : Licitação na modalidade Carta Convite n. 016/2013

(Nome da Empresa) -----, CNPJ N. -----, sediada na Rua -----, n. -----, bairro, -----, CEP-----



----- Município -----, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da Carta Convite n. ____/2013, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei n. 8.666/93 e inciso X do artigo 144 da Lei Complementar n. 04/90).

Local e data

ASSINATURA RESPONSÁVEL DA EMPRESA
(CPF)
(Carimbo com CNPJ da empresa)